

6 Con. Brasil

Brasília, quinta-feira, 12 de abril de 1990

CORREIO BRAZILIENSE

*Na quarta parte nova os campos ará.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e. VII e 14.*

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varella

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

Credibilidade

Já começaram a operar efeitos no plano internacional as reformas revolucionárias decretadas pelo presidente Fernando Collor para repor ordem na economia nacional, fazê-la evoluir sob rígidos critérios capitalistas e preparar o País para os desafios da atualização modernizadora. Tais objetivos, conforme a ideologia gravada no programa de estabilização econômica, inserem a necessidade de meios adequados, daí o combate à inflação através do enxugamento da liquidez, redução drástica do déficit público com o corte dos gastos excessivos do Estado e privatização de empresas estatais.

A repercussão de tais diretrizes além-fronteiras se pode medir, em extensão e importância, pela adesão de dois dos maiores organismos oficiais de crédito e financiamento, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. De fato, os dois maiores agentes do crédito público decidiram despachar ao Brasil missões específicas, com o propósito de conhecer em profundidade o Plano Collor. E, antes mesmo de qualquer abordagem direta, manifestaram apoio integral ao programa econômico em curso. E que a política monetária posta em prática a partir da posse de Fernando Collor colheu reações de surpresa e admiração no âmbito do FMI e do Bird, por haver reduzido o déficit público, com um só impacto, a dois por cento do Produto In-

terno Bruto.

Recolhe-se em fontes idôneas do sistema financeiro internacional a existência de um sentimento generalizado de apoio ao Governo, pois se considera que a solidariedade dos organismos multilaterais de crédito fortalecerá o Plano Brasil Novo. Por isso mesmo, há francas possibilidades de o Bird liberar, a curto prazo, linha de financiamento no valor total de 1 bilhão de dólares, 500 milhões destinados ao reforço da política comercial para o exterior e 500 milhões à conta dos gastos relativos à reforma do setor financeiro. A entrada no País de recursos externos nessa dimensão servirá para amortecer, em grau significativo, o efeito eventualmente recessivo das medidas contencionistas adotadas.

Mas o posicionamento do FMI e do Bird corresponde, também, a uma abertura providencial no processo de renegociação da dívida externa. E isso porque a restauração da credibilidade do Brasil, ainda na vigência de moratória não oficializada — desde meados de 1989 está suspenso o pagamento de juros da ordem de sete bilhões de dólares —, induzirá comportamento menos radical dos bancos credores filiados à ordem privada. Espera-se, portanto, que a crucial questão da dívida externa se encaminhe para uma solução de consenso, respeitada a decisão do Brasil de não renunciar ao desenvolvimento.